

# O papel das ocupações de terra no processo de estruturação do MST (1984-1995)

---

ROSE ELKE DEBIASI

*elkedebiasi@gmail.com*

*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

## INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre as definições, as transformações e os diferentes significados que a ocupação de terra adquire no processo de nacionalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas duas últimas décadas do século XX. Discute, igualmente, as mudanças operadas na relação com o Estado e na forma de os sem-terra se relacionarem com a terra. As formulações teóricas, as disputas e a operacionalização das ocupações são problematizadas por meio de revisão bibliográfica, da análise de documentos internos do MST e de depoimentos de militantes vinculados ao Movimento<sup>1</sup> desde o início dos anos de 1980. São utilizadas sete entrevistas temáticas, ancoradas na metodologia da História Oral, com os militantes da primeira e segunda geração do MST<sup>2</sup>. Trata-se de jovens, filhos de pequenos agricultores, com formação teórica e prática nos organismos da Igreja Católica e com características pessoais, como disciplina, desprendimento, inicia-

<sup>1</sup> Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estoume referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

<sup>2</sup> Débora Lerrer (2008) define quatro gerações de militantes na trajetória do MST. A primeira geração coincide com a chegada dos militantes no Nordeste entre os anos de 1985 e 1988. A segunda situa-se nos anos de 1989 a 1997, quando o MST já estava “implantado” e a produção nos assentamentos já se encontrava minimamente organizada. A terceira e quarta geração (a partir de 1997) são formadas por brigadas de militantes que visam contribuir na formação e projeção de lideranças locais em alguma região ou assentamento, ou seja, possuem um prazo curto para execução da tarefa. Diferentemente das duas primeiras gerações, esses militantes não são destacados para assumir um papel de liderança no estado em questão.

tiva e espírito de sacrifício, que assumem o desafio da migração<sup>3</sup>, principalmente para o Nordeste brasileiro, com o propósito de estruturar o MST nacionalmente.

Aproveitando a retomada das lutas sociais, pós-ditadura civil militar no Brasil (1964-1985), o MST se apresenta como alternativa política e organizativa para os pobres do campo. Os trabalhos de Fernandes (2000), Fernandes e Stedile (1999) e Medeiros (2003) apontam como marco histórico do surgimento do MST o encontro ocorrido na cidade de Cascavel, Paraná, em 1984. Participaram deste primeiro encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de treze estados, principalmente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A mobilização foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e contou com o apoio de bispos e padres católicos ligados ao setor considerado progressista da Igreja, de sindicatos de trabalhadores rurais, de intelectuais e partidos políticos. Desde o ano 1979, o MST já vinha promovendo ações e formações políticas na região Sul, com o apoio da Igreja Católica e de demais entidades.

Na ocasião do I Encontro Nacional do MST (1984), a recente organização aprova o seu I Programa de Reforma Agrária (1984) que, entre outras resoluções, define quem são considerados os “sem-terra”: “[...] parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares”<sup>4</sup>.

O referido programa estava voltado exclusivamente para a questão da terra, defendendo a legitimidade do próprio Movimento, seus objetivos, princípios, alianças e medidas e ações que modificavam (e regulavam) o conjunto das políticas agrícolas e a transformação da estrutura fundiária brasileira, via combate ao latifúndio e ao capitalismo. Na época, os adversários tradicionais do MST eram os donos de latifúndios ou de propriedades cujas origens fossem irregulares.

No ano seguinte (1985), o I Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba, Paraná, define a ocupação de terra como principal forma de luta, tática prioritária para obtenção de terras e instrumento para nacionalização do próprio Movimento. Para Bernardo Fernandes (2000), o processo de expansão do MST ocorre fundamentalmente pela ocupação de terra. Para o autor, o MST nasce da ocupação da terra. Por meio dessa ação, coordenada e sistemática, é pavimentada a existência do próprio Movimento, iniciando-se a construção de uma organização peculiar (FERNANDES, 2000).

<sup>3</sup> O formato de “migração” apresentado está relacionada com a militância (com o objetivo de fazer parte de um grupo cuja estrutura organizativa funciona internamente como um partido político), e não com a ideia de uma migração específica, resultado e/ou influência de uma cultura de migração, motivada e parte constitutiva das estratégias de reprodução do campesinato.

<sup>4</sup> I Programa de Reforma Agrária do MST (1984). Observa-se que as definições de “sem-terra” serão sistematicamente revistas para contemplar a diversidade de trabalhadores e categorias incorporados ao MST.

Além disso, a ocupação de terra para o MST funcionava como elemento diferenciador dos demais grupos políticos e entidades, conforme se pode perceber no depoimento de Carlos Bellé, militante do Oeste catarinense, cuja formação política e militância iniciaram-se no trabalho pastoral da Igreja Católica:

Então no Congresso [1985] de certa maneira, o entendimento de que a luta pela terra, ela não é pra resolver num conflito localizado, específico, ela é uma luta que tem uma agenda necessariamente política, que deve interferir nos conjuntos das ações de caráter nacional e é um problema do Brasil, o problema agrário [...] no Congresso define-se a forma de luta que era a ocupação, a ocupação distingue o Movimento das outras organizações. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Para Roseli Caldart (2001), o que distingue o MST dos outros movimentos sociais é a radicalidade presente na forma de encaminhar suas ações. Nas suas palavras, “O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la” (CALDART, 2001, p. 208). A radicalidade presente nas ocupações, pela ruptura das históricas relações de dependência, sinalizava a possibilidade de redistribuição de terras e de melhores condições de vida para os sem-terra.

Pode-se ter a dimensão do papel das ocupações de terra na definição e estruturação do MST por meio da fala de Jaime Amorim, dirigente catarinense, deslocado na década de 1980 para vários estados do Nordeste. Jaime, hoje assentado em Caruaru, Pernambuco, descreve a primeira ocupação de terra (e a expectativa em torno dela) realizada em Itamaraju, sul da Bahia:

Realizamos a primeira ocupação no dia 7 de setembro do mesmo ano, de 87. E essa primeira ocupação ela foi determinante para tudo. Para o processo de construção do método de trabalho de base, foi decisiva para mostrar que no Nordeste é que era possível construir o Movimento de massa [...]. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

De acordo com Jaime, o saldo dessa primeira ocupação havia sido positivo. Novos militantes foram projetados a partir do trabalho de base, e sinalizavam-se novas perspectivas para o MST nacionalmente. A experiência de “deslocar” militantes também se apresentava exitosa, fomentando o debate nas instâncias do Movimento a respeito da elaboração de uma política de deslocamento de militantes<sup>5</sup>, e encorajando novos militantes a migrarem para o Nordeste e para outras regiões do Brasil.

No Caderno de Formação n. 1, são apresentados os critérios para a realização das ocupações. O item 3 do documento deixa claro que o MST pretendia ter o

<sup>5</sup> Para mais informações ver: DEBIASI, Rose Elke Debiasi: *Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de

monopólio das ocupações de terra ao afirmar: “Caso ocorram ocupações de terra não decididas pelo MST, o movimento não assumirá e não apoiará” (MST, 1986, p. 12). Esse tópico também expressa a preocupação em assegurar um padrão de militância (DEBIASI, 2016)<sup>6</sup>. Os dirigentes deveriam seguir determinados métodos, procedimentos e técnicas na preparação das ocupações e no recrutamento de novos militantes. Antes de realizá-las, por exemplo, programavam-se pelo menos quatro reuniões com os sem-terra da região, em que se abordavam as seguintes temáticas: “Como se organizar?”; “Como funciona a sociedade?”; “Quem são os amigos e inimigos?”; e “A História do MST e da luta pela terra no Brasil”. Cumpridas essas exigências, o camponês recebia orientações de como se comportar durante a realização de uma ocupação, nos aspectos relativos à segurança, ao transporte e à resistência policial e demais forças repressivas.

No tópico seguinte, discutirei brevemente a dinâmica das ocupações (as disputas, a dimensão educativa e o papel das lideranças) e aspectos relativos ao funcionamento dos acampamentos.

#### O UNIVERSO DAS OCUPAÇÕES: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, DE DISPUTAS E DE NOVAS SOCIABILIDADES

A antropóloga Nashieli Loera (2009) tem como fio condutor da sua narrativa o acampamento. As pessoas que o compõem, e o tempo dedicado a ele se traduzem em distintos significados. A autora menciona a prática de enviar militantes acampados ou já assentados para auxiliarem na realização de novas ocupações de terra por um período curto de tempo. Isso pode representar, no universo das ocupações, processos de ascensão e significação social e mesmo de status entre os integrantes do MST.

A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Após a entrada na propriedade, geralmente pela noite ou ao amanhecer, buscava-se organizar o acampamento a partir de locais mais altos, visíveis, com vegetação próxima e com facilidade de acesso a água. Começava-se a montagem das barracas, dispondo-as de modo a formar um espaço próprio para a realização das assembleias e a organização de uma cozinha coletiva. As barracas eram construídas com a madeira retirada do próprio local e coberta com um plástico preto grosso, denominado *lona*.

O ato da ocupação privilegiava a participação de homens adultos no Sul do país. Os demais membros da família iam sendo incorporados no processo de

Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

<sup>6</sup>A expansão do MST não deveria ocorrer de qualquer maneira, mas a partir do modelo de militância desenvolvido no Sul do país. Para assegurar esse formato, o MST opera em dois polos complementares: internamente se organiza como um partido político nos termos gramscianos (SOUZA, 2008); e, externamente como um movimento social aberto e plural (DEBIASI, 2016).

estruturação do acampamento. No Nordeste, de acordo com os entrevistados, exigia-se a participação de toda a família nas ocupações. Diferentemente da experiência do Sul, onde a ocupação era viabilizada com a presença de apenas um integrante, quase sempre a figura do pai, no Nordeste exigia-se a presença de todos os membros do núcleo familiar nela. Carlos Bellé relembra: “A convocação era para a família toda. Lógico, você vai olhar o que elas possuíam e o que pode ser levado para uma ocupação e de que forma” (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013). Já Zenaide, militante do Oeste catarinense e ex-missionária, recorda, de forma eufórica, como realizava o convencimento para a adesão às ocupações: “Até hoje eu não esqueço o que eu falava para as famílias. Que tinha que ir, que tinha que ir, convencer uma mãe com sete, oito filhos”. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

De acordo com Lygia Sigaud (2005), existia uma “divisão do trabalho” para a permanência no acampamento no Nordeste brasileiro. A maioria dos acampados continuava realizando suas atividades externas, “biscates” e “bicos”<sup>7</sup> nas lavouras ou na construção civil, para a manutenção da família. Em alguns casos, deixavam algum responsável (parente ou não) cuidando da barraca ou a fechavam por determinado período e, quando retornavam, restabeleciam os vínculos (SIGAUD, 2005).

Sigaud (2005) define os acampamentos como mais do que a reunião de pessoas com os mesmos propósitos. A autora identifica laços de pertencimento neste novo espaço de sociabilidade. Para ela, os acampamentos

compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam um marco distintivo. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a forma acampamento (SIGAUD, 2005, p. 260).

Para Loera (2009), os acampamentos funcionam enquanto “rede”, sempre vinculados entre si, de forma espiral, de modo que um possa retroalimentar o outro. São os próprios assentados e/ou acampados que contribuirão na realização de novas ocupações, repassando as tecnologias de montagem de acampamentos adquiridas nesse processo. O fragmento abaixo expressa o papel atribuído às lideranças e a dinâmica de funcionamento nas ocupações e acampamentos.

Alguns acampados, principalmente os novatos, ao se instalarem debaixo da lona, levam consigo muitos pertences, inclusive móveis como fogão, armários, camas etc., acabam montando praticamente uma casa dentro do barraco. Já os velhos acampados, com experiência na arte de acampar, geralmente carregam o mínimo de coisas possí-

<sup>7</sup> Trata-se da realização de trabalhos extraordinários ou ocasionais, com baixa remuneração.

veis, pois sabem que é melhor assim, em caso de um despejo, ou de ter que mudar de acampamento ou sair para realizar uma nova ocupação [...] uma vez que o acampamento está montado, dirigentes do movimento que organizam o acampamento dividem uma série de tarefas, que devem ser compartilhadas pelos acampados; na maioria dos acampamentos organizados pelo MST, essas tarefas se realizam através de núcleos, setores, grupos, comissões, brigadas, equipes etc. (LOERA, 2009, p. 29).

Conforme se pode perceber, existem pessoas que ocupam lugar de prestígio no mundo das ocupações devido à forma como administram seu arsenal de conhecimento e à bagagem que possuem (BOURDIEU, 1989). Isso resultará no prestígio de que o militante gozará no grupo político. A citação acima também revela a disciplina presente nos acampamentos do MST. De acordo com a autora, ela faz parte da “lógica de compromissos e obrigações” dos acampados (LOERA, 2009).

Depois de realizada a ocupação, organizava-se as comissões responsáveis pela alimentação, limpeza, segurança, saúde, comunicação e imprensa, educação, formação e outras, conforme as necessidades do acampamento.

A formação política e ideológica ocupa lugar de destaque nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos do MST. Desde os primeiros dias do acampamento, seguia-se com o trabalho de formação (iniciado antes da ocupação), conduzido pelas lideranças locais e/ou assessores de outros estados<sup>8</sup>. Essa formação tinha como objetivo a construção de ferramentas para os trabalhadores se organizarem. O depoimento abaixo demonstra a relação intrínseca entre formação política e ocupação, e como a primeira deveria ser processual e continuada:

Essa [a formação] foi uma prática que nós sempre fizemos. Quando chegamos no Nordeste. Fazer a ocupação, e logo na primeira ocupação, fazer a formação de base. Com a formação de base tu vai automaticamente fazendo, projetando novos militantes, fazendo a seleção natural... enfim, criando novas perspectivas. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

A formação estava articulada com o propósito de identificar novas lideranças e assegurar uma linha unitária de ação, com o cumprimento do método de Trabalho de Base teorizado por Jaime Amorim e Ademar Bogo<sup>9</sup>, a partir da experiência “piloto” da Bahia<sup>10</sup>. As bases e os parâmetros de comparação são encontrados no trabalho formativo dos primeiros anos de atuação do MST, nos estados do Sul

<sup>8</sup> A partir do II Congresso Nacional do MST (1990), o MST prioriza a sua autonomia política, financeira e ideológica, apostando na formação de corpo de intelectuais próprio.

<sup>9</sup> Lideranças de Santa Catarina enviadas para o Sul da Bahia, com o propósito de construir ocupações de terra e expandir o MST nacionalmente. Os dois militantes são responsáveis pela elaboração do método de Trabalho de Base.

<sup>10</sup> A Bahia vivenciou a primeira experiência de receber militantes do Sul e Sudeste do Brasil com a responsabilidade de expandir o MST, ficando conhecida como o “laboratório” baiano.

do Brasil. Como ainda não estava capilarizado, o MST contava com um grupo composto por lideranças próprias e de diferentes matizes que conduziam a organização das famílias e a formação teórica e política dos acampados e assentados; enquanto que no âmbito local, outra equipe era responsável pela convocatória dos sem-terra e por viabilizar as condições materiais para a execução do curso, como o local para execução, a alimentação e as escalas de trabalho.

No depoimento de Carlos Bellé, verifica-se que

era uma equipe conjunta. E a gente fazia esse trabalho de assessoria dirigida à organização de base do Movimento [...] a gente montava uma equipe e nos acampamentos ou assentamentos o pessoal tinha uma organização de núcleos. Então a gente fazia a reunião meio período ou um período, geralmente a gente ficava o sábado e o domingo numa mesma região até para efeitos de transporte, para racionalizar. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Em outro fragmento do depoimento, Carlos Bellé narra as dificuldades para o cumprimento das tarefas formativas nos acampamentos.

Então era um grupo que juntava o trabalho necessário de organização dos acampamentos, e fazia o mínimo de formação. Eles faziam embaixo de árvores, embaixo de lona, onde dava. Levava um quadrinho, um risco, para visualizar algum desenho, às vezes tinha uma pequena página, apostila com algumas ideias para o pessoal que sabia ler, que o analfabetismo era bastante grande no período. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Observa-se, portanto, que mesmo com limitações no domínio da leitura e da escrita por parte dos camponeses, a formação deveria ser assegurada pelos militantes na preparação, na duração e após a realização das ocupações<sup>11</sup>. Os dois depoimentos acima demonstram o papel estratégico e constitutivo da formação no MST. Demonstram, também, que ela era dirigida para diferentes públicos (lideranças locais, acampados e integrantes de ocupações), com distintos objetivos, formatos e durações.

A seguir, discute-se os significados que as ocupações de terra possuem na estruturação do MST. Por meio de fontes orais, busca-se um distanciamento da leitura reducionista da ocupação, atentando-se para o seu processo de gestação, para as várias dimensões se para as novas dinâmicas que ela adquire no período analisado.

<sup>11</sup> O método de Trabalho de Base foi nacionalizado no processo de estruturação do MST.

## OS RE(SIGNIFICADOS) DA OCUPAÇÃO DE TERRA

De acordo com Loera (2009), as ocupações são temporalizadas e hierarquizadas, o que é chamado de “tempo de acampamento”<sup>12</sup>. São distintos os significados dessa experiência. Para alguns, significa reivindicar terras para si ou para os integrantes do seu grupo; para outros, pode significar uma forma de aumentar o seu capital simbólico, de aceitação e de legitimidade. Nas suas análises, Loera (2009) observa quem ocupa o posto mais alto da hierarquia está autorizado a falar em nome do MST, bem como a realizar convites. Ressalta, igualmente, a ênfase que é dada pelo dirigente na formação de alianças com os moradores do local. Para a autora, “[...] o *trabalho de base*<sup>13</sup> só é efetivo porque se estabelecem alianças e se aproveitam os vínculos que traspassam as fronteiras dos movimentos que organizam as ocupações” (LOERA, 2009, p. 84).

As ocupações, de acordo com os autores desse processo, eram alvo de muitas polêmicas. Por parte das autoridades, eram combatidas e criminalizadas pelos meios de comunicação e com o uso da força policial e privada; por parte de entidades próximas, eram alvo de críticas, porque rompiam com a forma de oposição pautada na institucionalidade. Aqui se incluem vários grupos e vertentes dentro da esquerda. Também existiam divergências quanto à operacionalização da ocupação. Setores da Igreja Católica defendiam que, antes de iniciar uma nova ocupação, o MST deveria equacionar os problemas decorrentes da anterior. Somente após a imissão de posse, poder-se-ia, então, efetuar uma nova ocupação.

O MST, pelo contrário, tinha a intenção de realizar o maior número de ocupações possível, de forma a deflagrar a dimensão do problema agrário brasileiro e a aglutinar camponeses. De acordo com Carlos Bellé, a “[...] ocupação é justamente o extremo desse limite. Ela é educativa [...]. Então, em um primeiro momento o conflito se estabelece para tudo que é lado”. Para os teóricos do MST, a ocupação funcionava como um processo pedagógico e trazia no seu bojo as possibilidades efetivas de mudança. Cumpriria um papel na denúncia de determinada realidade, visando a romper com a relação de dependência com as elites e, ao mesmo tempo, possibilitar novas formas de compreender a realidade e a adoção de novas práticas.

A leitura da realidade, denominada de “conjuntura”, é um dos elementos-chave para se compreender a dinâmica do MST. De acordo com Christine Chaves (2000), a conjuntura é o substrato, a matéria-prima do Movimento. Nesse sentido, busca desenvolver, nos seus militantes, a capacidade de realizar as ditas análises de conjuntura, que precedem a realização de outras atividades e/ou ações, incluindo as ocupações.

<sup>12</sup> Trata-se da forma como homens e mulheres conceituam a sua vivência no interior dos acampamentos.

<sup>13</sup> De acordo com o Caderno de Formação n. 14, 1987, o trabalho de base é “[...] uma prática de trabalho, um jeito de trabalhar. Uma prática que junta cada vez mais gente, em todos os níveis ‘massa’, ‘militantes’, ‘dirigentes’, em todos os lugares ‘campo, cidade, município, estado, país [...]”.



As práticas ligadas à ocupação de terra significam também uma ruptura com a história local, com as lideranças locais e com a forma de fazer política, incluindo “seus pares”. Os trabalhadores, por exemplo, não reconheciam mais algumas lideranças das federações e dos sindicatos dos trabalhadores rurais. De acordo com Fátima Ribeiro, dirigente deslocada do Espírito Santo para o Ceará no primeiro semestre de 1989, eles [trabalhadores] já estavam “*cansados de promessas e discursos que não resultavam em nada*” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Pelo depoimento, também se observa um esgotamento das habituais formas de negociação e pressão sobre o governo, pautadas na institucionalidade e no diálogo. Com a chegada do MST na cena nacional, muitos trabalhadores (já descrentes) passaram a repensar suas práticas e a experimentar novas formas de atuação, com destaque para a ocupação de terra.

Nas palavras de Carlos Bellé, a ocupação de terra traz consigo um papel transformador. Coletivamente,

ela altera aquele que estava submetido em alguém que pode ser sujeito. Então, por isso ao mesmo tempo que ela estabelece o conflito, ela [a ocupação] tem a possibilidade de apontar a solução. Esse é o diferencial e que não depende daquela estrutura viciada. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

No fragmento acima, Carlos Bellé deixa claro que a ocupação de terra contrastava com as práticas do sindicalismo rural<sup>14</sup>, chamado por ele de “estrutura viciada”. Observa-se, também, que a tarefa dos militantes consistia em viabilizar as ocupações de terra no maior número possível em cada estado. Eles partiam do entendimento de que tal ação marcaria não somente a presença física, mas, principalmente, a presença simbólica do MST nas localidades.

Outro aspecto que considero importante para a compreensão do fenômeno *ocupações de terra* é a análise do momento anterior a sua realização. Em geral, a preparação, a formação e o convencimento figuram de forma periférica nos textos acadêmicos, pois o objeto central das discussões gira em torno da ocupação propriamente dita; e não dos conflitos e arranjos realizados previamente. Debiasi (2016), na tese de doutorado “*Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)*”, problematiza o viés adotado pela maioria dos trabalhos acadêmicos, os quais privilegiam, em suas abordagens, a origem, a territorialização e a espacialização do MST. Para a autora, esse debate é válido, todavia insuficiente para compreender as ambivalências presentes na nacionalização do MST. Para ela, os contatos, as articulações, as expectativas, as

<sup>14</sup> As pautas encaminhadas pelo sindicalismo tradicional, no entendimento dos militantes, gravitavam apenas na esfera econômica.

discussões prévias à efetiva ocupação de terra são igualmente importantes para se compreender o processo de criação e estruturação do Movimento.

Para elucidar a questão, apresento um “causo” do entrevistado Jaime Amorim. Durante a preparação para uma ocupação, Jaime relata a aposta que fez com um trabalhador local, do interior de Pernambuco. O trabalhador acreditava que as ocupações de terra não iam ter a adesão das comunidades sertanejas. Seus principais argumentos eram que no Nordeste “ninguém nunca fez reunião”, “lá o povo é direita”, “o povo é religioso”, apresentando inúmeros empecilhos para não realizar a convocatória de casa em casa. Disposto a mostrar o equívoco do trabalhador e, evidentemente, a aumentar seu prestígio diante do êxito da ocupação, Jaime decidiu efetuar trabalho de base.

Nós fizemos uma reunião no município e eles ficaram de ir para comunidade e esperar nós. Quando chegamos lá, não o encontramos [o referido trabalhador]. Ele estava na roça. Fizemos o contato porta a porta. Achamos um clube, que tinha uma pessoa do PT, da Igreja. Amanhã às sete horas no clube. E saímos na comunidade inteirinha, convidando. Quando foi uma noite, ele veio a cavalo ao nosso encontro: “Rapaz, não deu certo não. Eu tentei aqui, mas não deu. Aqui é muito ruim. O povo é reacionário” [fala do trabalhador local]. Ele queria apostar que não dava trinta pessoas e eu apostava que daria 150. Fechamos a aposta em noventa pessoas. Aposta simples. Ele não veio para o trabalho de base e a reunião ia ser no outro dia. Ninguém apostava e a gente foi fazer sozinho. Cadastramos 190 chefes de família. E depois não conseguimos mais cadastrar porque não tinha mais papel, mais caneta. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

Como se pode perceber, Jaime estava decidido a realizar essa ocupação independentemente das dificuldades apresentadas e do grau de apoio das demais entidades da região. O resultado foi surpreendentemente exitoso, estimulando a realização de outras ocupações.

Verifica-se, também, que os militantes deveriam chegar com uma proposta pronta, que alterasse a lógica de funcionamento da sociedade e radicalizasse a forma de fazer política. Ao propor ações de maior enfrentamento, como as ocupações de terras e prédios públicos e passeatas, era comum ouvir dos trabalhadores locais e das organizações já constituídas que o povo era “coitado” e que não suportaria o nível de exigência das atividades propostas pelas lideranças do Movimento. Segundo Jaime, essa afirmação é herança da Igreja Católica, a qual definia as ações do MST como arbitrarias:

Tu tem a ideia de olhar para o povo como pobre coitado. Foi isso que a Igreja fez. Ai, coitadinho, pobre coitado, muito sacrificio. Ai quando vão para uma caminhada, para uma

marcha e junta povo [...]. A rejeição foi por parte da Igreja e nós quebrávamos toda [a posição da Igreja] com a ideia de grupo. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

Supõe-se que a afirmação de Jaime seja resultado das críticas, da perseguição e do “patrulhamento” sofridos pelos militantes do MST, devido ao distanciamento ideológico, dos métodos e das práticas dos organismos da Igreja Católica ao longo dos anos de 1990<sup>15</sup>. Para Eliane Brenneisen (2002), após a criação do MST houve mudanças no papel de cada instituição envolvida com a luta pela terra, cabendo à Igreja, por intermédio da CPT, “um novo papel na mediação da luta pela terra, que é o de atuar contra a violência no campo e na defesa dos direitos humanos” (BRENNEISEN, 2002, p.49).

Na minha avaliação, a postura do militante expressa acima, por um lado, demonstra a necessidade de apresentar resultados concretos, com objetivo de modificar a mentalidade da população, resultando, assim, em um número maior de incorporações ao MST; e, por outro, colocar em prática o centralismo democrático<sup>16</sup>. Existia uma resolução nacional a respeito da realização de ocupações a se cumprir e uma forte expectativa na figura do militante, fazendo com que ele compreendesse que a execução de determinada tarefa representava um avanço na construção do Movimento, que, no plano prático, representaria mais um pilar na construção da nova sociedade e no aumento do nível de consciência dos trabalhadores. Como a ocupação se tratava de uma forma de luta nova no cenário nordestino, com um alto grau de radicalidade, demandava-se o convencimento e a apresentação de exemplos e resultados efetivos.

Essas tensões, disputas e articulações, fundamentais para compreender o fenômeno da ocupação, raramente são objetos de discussão na literatura e mesmo na documentação do MST. Geralmente, são apresentados apenas o número de famílias assentadas e o total da área desapropriada. Isso significa que, sem o uso de novas abordagens e sem a incorporação de diferentes fontes, como o depoimento de Jaime Amorim, a análise das ocupações de terra corre o risco de ser reduzida a apresentação de números e estatísticas. O local, privilegiado e estratégico, ocupado pelo militante, torna possível a problematização, o confronto e o preenchimento de lacunas históricas sobre o processo de nacionalização do Movimento, possibilitando, assim, novas leituras e interpretações sobre a história do MST e dos movimentos sociais do campo.

<sup>15</sup> A partir de 1990, o MST intensifica a busca por autonomia política e financeira; além de priorizar a formação ideológica dos seus quadros.

<sup>16</sup> O MST atua em dois polos que se mesclam e se fundem. Internamente, atua como uma organização política, pautada no centralismo democrático; externamente, apresenta-se como Movimento de massa. Ambos operam dentro de uma complementaridade (DEBIASI, 2016). Ademar Bogo, dirigente do MST, esclarece que, uma vez decidida sobre determinada questão, deverá prevalecer a vontade da maioria (BOGO, 2000). A incorporação do centralismo democrático assegura ações unitárias em detrimento das decisões definidas isoladamente.

## O MST E A RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO

A partir da década de 1990, verifica-se uma transformação na relação do MST com o Estado, coincidindo com o período de busca por autonomia política e financeira do Movimento. Nos primeiros anos, a postura do MST, principalmente no Nordeste, era praticamente de negação da figura do Estado. Com o objetivo de distanciar-se de práticas assistencialistas e paternalistas, acaba diminuindo o papel do Estado na elaboração de políticas públicas e na redistribuição de recursos públicos. O depoimento de Fátima Ribeiro, militante do Espírito Santo, deslocada para o Ceará em 1989, demonstra isso:

O sertanejo tinha muita, ainda, aquela cultura de, não tinha naquele primeiro momento de ficar na dependência do Estado. Não, o pessoal tinha sementes. Então, esse primeiro momento, era com recursos próprios dos trabalhadores, que se plantava milho, feijão, entendeu, era com recursos próprios. Nesse primeiro momento, não teve essa dificuldade. Só depois que começaram aparecer os projetos, começa a ficar na dependência. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

Gradativamente, o MST passa a ocupar os espaços institucionais, disputar e exigir de forma mais sistemática recursos públicos para educação, saúde, políticas para a juventude, agricultura familiar, agroindústria, dentre outras demandas; e não somente a exigência de reconhecimento social e político presente no início de sua trajetória. A entrevistada sugere que essa mudança de comportamento do MST contribuiu para o estabelecimento de uma relação de dependência e de atrelamento ao Estado brasileiro.

A respeito da relação com o Estado, Leonilde Medeiros (2004, p. 214), acredita que o repertório de ações adotadas pelo MST resulta de “[...] uma forma inovadora de luta pela terra que publiciza a demanda, cria fatos políticos, impõe negociações, polariza atores e traz o Estado para o centro do debate, obrigando-o a tomar posições, constituir políticas etc.”. A expressão “A reforma agrária é uma luta de todos”, definida no III Congresso Nacional do MST (1995), resultou da tentativa do Movimento em envolver outros segmentos sociais, compreendendo que a luta pela reforma agrária não deve ser exclusiva do campo. Trata-se, também, de uma resposta ao governo federal que tinha por objetivo mostrar que o MST não possuía o monopólio da luta pela terra, e que ele [governo] poderia estabelecer diálogos e negociações com os novos movimentos e coletivos em detrimento da presença do MST (BOGO, 1999). Com essa bandeira, o MST pretendia demonstrar que não se abalava diante das ofensivas e tentativas de isolamento, pelo contrário, sua intenção era somar forças no cenário nacional.

Já para Marcelo Rosa (2004), a continuidade das ocupações do MST resulta e é (em grande parte) motivada e perpassada pela elaboração e aplicação de políticas públicas.

De sua parte, os movimentos dependem fortemente do Estado para levar adiante seu programa de ocupações de terras. Os benefícios a serem obtidos do Estado constituem um poderoso argumento para chamar as pessoas às ocupações. Assim, a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações. Não teriam também se fortalecido, nem se multiplicado, como ocorreu na Mata Pernambucana, onde são contabilizados nove movimentos de luta pela terra (ROSA, 2004, p. 172-173).

Com a afirmação acima, o autor não pretende retirar o protagonismo do MST, tampouco negar que as conquistas são resultantes de reiteradas reivindicações, articulações, apoios, pressões, cobranças e ataques ao aparato estatal; mas reconhecer que a continuidade das ocupações de terra, em grande medida, resulta do atendimento das demandas dos camponeses pelo Estado brasileiro. Todavia, cabe dizer que as eventuais respostas do Estado aos problemas dos camponeses não sinalizam para a realização de uma reforma agrária, demonstrando, assim, a necessidade e a eficácia das ações e dos métodos do MST para a conquista de terras, em um país cuja estrutura agrária é historicamente desigual e concentrada.

A atuação do MST, nesse sentido, influencia a criação e a legitimação de um novo padrão de ação coletiva, pautado nas ocupações de terra e na organização de acampamentos. Este formato é responsável por estabelecer outra forma de relação entre o Estado e os movimentos sociais. A adoção e o funcionamento deste formato de atuação, no espaço rural ou urbano, são definidos por Rosa (2009, p. 98) como “forma movimento”.

Para Marcos Paulo Campos de Mello (2011), o MST se converteu em um novo ator social devido à sua forma de atuação, mesmo que nenhuma das suas características constitutivas ou ações sejam originais. As ocupações de terra como ações coletivas se dirigem a novas formas de vida, de sociabilidade e de poder. O autor descreve em detalhes, baseado em depoimentos orais, a situação de pobreza das comunidades rurais do Ceará antes da presença do MST (sem trabalho nas fazendas e sem apoio do poder público) e o medo, a desconfiança e a ignorância sobre o tema da reforma agrária. Segundo Mello (2011), depois da chegada dos militantes do MST na região, rompeu-se com a lógica da atuação localista, a qual passou a contar com uma maior amplitude territorial.

Na mesma direção, Rosa (2006) analisa a transformação social vivenciada em pequenos municípios da Zona da Mata Pernambucana a partir da atuação de

movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST. O autor destaca as condições “inéditas” que tais organizações criaram para a projeção de líderes e as modificações operadas nas estruturas (tradicionais) de poder e território a partir da ação deles. Segundo o autor, o resultado das ocupações de terra extrapola a conquista de lote de terra, representando a possibilidade de ascensão social. Outra observação importante é que o formato de atuação no MST não limita o engajamento dos militantes à conquista do seu pedaço de terra; pelo contrário, leva em consideração outras variáveis, como o exercício da cidadania e a construção de relações sociais mais fraternas e solidárias.

Segundo Medeiros (2009), o MST empreende o esforço de retirar o tema da reforma agrária do âmbito estrito do meio rural e da questão fundiária ao mostrar suas articulações como opções políticas nacionais, projetos de nação e modelos de desenvolvimento, observados na expansão dos seus objetivos e de sua composição social<sup>17</sup>.

No meu entendimento, o MST inova ao romper completamente com a esfera da legalidade. As ações dirigidas à propriedade privada, como as ocupações de terra, passam a ser o carro-chefe da sua atuação. A diferença na leitura política e na adoção de métodos mais radicalizados, de forma continuada e sistemática, parecem ser os aspectos que o diferenciam e o singularizam dentro da história dos movimentos sociais do campo. As Ligas Camponesas, por exemplo, reivindicavam direitos trabalhistas, acesso aos serviços básicos, manutenção de contratos de arrendamentos e parcerias e direitos de uso, mas não necessariamente questionavam a estrutura da propriedade privada propriamente dita. O MST, por sua vez, questiona o papel do Estado na manutenção da propriedade privada absoluta, apostando na contradição e no tensionamento das relações sociais, visando à sua transformação. Suas ações durante os anos de 1980 e 1990 romperam com a lógica vigente, exclusivamente voltada para as questões de ordem econômica, ao contestar e negar as ações assistencialistas e emergenciais, sobretudo no Nordeste.

Com relação à constituição de novos atores sociais, capazes de alterar a dinâmica política dos pequenos municípios, observa-se que o acesso à terra é um elemento de mobilidade social nas contribuições de autores, como GODOI, 2009; MOREIRA, 2007; ROSA, 2010; e nos depoimentos analisados por mim. Dilei, do interior de Santa Catarina, descreve as mudanças observadas por ela ao longo da sua militância na Paraíba.

Depois de anos que você vai tendo as conquistas é gratificante as pessoas estarem com a casa, as pessoas estarem, é ... não existe valor econômico que pague isso. Não existe. Quando as pessoas têm a sua terra, que elas melhoraram, que lá no café da

<sup>17</sup> Este direcionamento fica evidente nas Resoluções do II Congresso Nacional do MST (1990) e do III Congresso Nacional (1995), quando o MST busca incorporar novas lutas sociais e outros setores na luta pela reforma agrária.

manhã não é mais só ovo, né? Mas é a batata, é o inhame, é a galinha. E que você já não tem mais três ovos, você tem dúzia de ovos que você leva pra feira pra vender. São outras relações. (Entrevista concedida por DileiSchiochet, 2015).

De maneira geral, os entrevistados destacam as mudanças nas condições de vida e trabalho da população pobre do campo, sobretudo por meio da aquisição de bens de consumo e acesso aos serviços, como moradia, educação, energia elétrica, financiamento e créditos para a produção. Intui-se, portanto, que a forma de fazer política do MST, com a adoção de práticas inovadoras, forja novas relações sociais, que contrastam com a corrente associação de atraso cultural e econômico dos sujeitos do campo. Ao questionar a estrutura fundiária e instrumentalizar, por meio das suas formas de luta, ocupações e marchas, um contingente de trabalhadores rurais despossuídos, o MST torna-se um importante agente de transformação social e modernização no Brasil.

Esta aposta na modernidade, identificada na esfera produtiva e na dimensão educativa enquanto elemento diferenciador do MST, é abordada no trabalho de Débora Lerrer (2008)<sup>18</sup>. Apesar de a autora não negar as heranças, as continuidades e o conjunto de práticas reincorporadas e/ou reatualizadas pelo MST, não deixa de atribuir um ineditismo nas ações do Movimento. Esse conjunto de ações criou “[...] fatos políticos que atraíram a atenção da opinião pública, buscando reconhecimento e gerando a explicitação de oposições e alianças” (MEDEIROS, 2004, p. 214), fundamentais na estruturação, consolidação, reconhecimento e visibilidade do MST nacionalmente e internacionalmente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto busca-se discutir os significados e os desdobramentos que a ocupação de terra possui (e adquire) na trajetória dos militantes e do MST. Compreendida de forma estruturante, a ocupação pode expressar a criação do MST em determinada região, mas não assegura sua existência e perenidade, tampouco que sua presença seja efetivamente representativa. Nesses termos, o artigo sugere que o ato de ocupar terra representa apenas uma parte do processo de ocupação, pois, ao analisá-la de forma isolada, não se possui a informação de quem são os protagonistas da ação – as motivações, os conflitos internos, os aliados e adversários e os processos de negociação. Partindo dessa premissa, acredita-se que a ocupação de terra deva ser compreendida de forma processual e ampliada, considerando, assim, o contexto anterior a sua deflagração. Discutir as intencionalida-

<sup>18</sup> Encontra-se a mesma linha argumentativa em autores vinculados organicamente ao MST, como Roseli Caldart (2001) e Bernardo Mançano Fernandes (1999; 2000).

des e as ações prévias do MST - como o deslocamento de lideranças para regiões com fraca organicidade ou a realização de reuniões com sindicalistas-, fornecerão elementos para delinear o perfil dos militantes, situar suas alianças políticas e compreender as tensões e o próprio ritmo das ocupações engendradas pelos sem-terra no período estudado.

Busca-se, também, demonstrar o protagonismo da formação política e ideológica nas ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento. Ela torna-se elemento constitutivo e balizador das ações do MST. Para os militantes, a formação mensura o sucesso das ocupações, contribui para a permanência das famílias nos acampamentos e assegura a estruturação do Movimento de forma coesa e unitária.

Por fim, cabe dizer que, diferentemente de outros movimentos sociais, o MST continua existindo após o atendimento das suas demandas pelo Estado brasileiro. A tendência seria o MST desaparecera o ter algumas de suas reivindicações atendidas, no entanto ele transforma-se continuamente, rearticula-se com outras forças sociais com o intuito de fortalecer a bandeira da reforma agrária e consolida-se como um movimento nacional com forte ênfase no projeto político a partir dos anos 1990.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS I DE FONTES

- AMORIM, Jaime. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.
- BELLE, Carlos. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.
- BOGO, Ademar. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- *Trabalho de Base e abrangência do Método*. In MST. Método de Organização.
  - “Construindo de um novo jeito”. *Caderno de Formação* nº 35. Setor de Formação. São Paulo, 2000, p. 9-36.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, [1989]. 311p. (Memória e sociedade).
- BRENNEISEN, E. C. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).
- BUSANELLO, Zenaide. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 23 set. 2013. 1h.
- CALDART, Roseli. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <<http://>



www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 25 set. 2017.

CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

DEBIASI, Rose Elke. *Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra / NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1481/1457>>. Acesso em: 25 mai. 2014>.

- *MST: Formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GODOI, Emilia Pietrafesa. “Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão”. In MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa (Org.). “Diversidade do campesinato: expressões e categorias”, v. 2: *Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 289-302.

LEITE, Sérgio et al. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA, NEAD. São Paulo: Editora Unesp (co-editora), 2004.

LERRER, Débora Franco. *Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

LOERA, Nashieli Cecília Rangel. *Tempo de acampamento*. UNICAMP, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo*. Colômbia: Nómadas. Universidad Central Bogotá, 2004.

- *Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira*. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr12.shtml>>. Acesso em 16 jul. de 2017.

- *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Brasil Urgente).

- MELLO, Marcos Paulo Campos de. *Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST*. UFC, 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.
- MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. *A produção de cana de açúcar em áreas de Reforma Agrária na Paraíba*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Emilia%20de%20Rodat%20Fernandes%20Moreira.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida*. In MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). “Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história”. v. II *Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD, 2009. p. 243- 258.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Resoluções do III Congresso Nacional do MST: 24 a 27 de julho de 1995*, Brasília, DF 1995.
- *I Programa de Reforma Agrária do MST*. São Paulo, 1984.
  - A organização do movimento: Quem é quem na luta pela terra. *Caderno de Formação* n. 1. São Paulo, 1986.
  - Construir um sindicalismo pela base. *Caderno de Formação* n. 14. São Paulo, 1987.
- RIBEIRO, Fátima. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Rose ElkeDebiasi. Vitória (ES), 07 out. 2011. 1h36min.
- ROSA, Marcelo. “Biografias e movimentos de luta por terra”. *Tempo Social-Revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 1, pp. 157-180, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a09.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- “Uma região em movimento. As lutas por terra e a transformação das estruturas de poder e significação social na Mata Pernambucana”, *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*. [online], v. 08, n. 02, pp. 41-58, nov. 2006. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/161/145>>. Acesso em: 17 out. 2017.
  - “Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil”, *Lua Nova*, [online], São Paulo, n. 76, p. 197-227, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.
  - “Para além do MST: O impacto dos movimentos sociais brasileiros”, In CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 461-478.
- SCHIOCHET, Dilei. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Rose ElkeDebiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

- SOUZA, José Carlos Lima de. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). – O moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente*. UFF, 2008. 260f.
- SIGAUD, Lygia. “As condições de possibilidades das ocupações de terra”, *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, jun. 2005.
- TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. “As Ligas camponesas a partir da memória dos seus protagonistas”, *Ruris*, v. 5, n. 1, p. 83-117, mar. 2011.
- TERRA*, Jornal Sem. n. 50, mar. 1986.